

ROSA LUXEMBURGO E A REMEMORAÇÃO DOS 40 ANOS DO CICLO DE GREVES DOCENTES NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: ALGUMAS APROXIMAÇÕES

MARCIA SOARES DE ALVARENGA*

RESUMO

O artigo propõe aproximar o evento memorativo do centenário de cárcere e assassinato de Rosa Luxemburgo no ano de 1919 com os 40 anos do ciclo de movimentos de greves organizadas pelos docentes da rede pública estadual do Rio de Janeiro, no ano de 2019. Apoiado nas contribuições de Rosa Luxemburgo *Greve de massas, partido e sindicatos*, o artigo sugere uma análise sobre a situação concreta das greves docentes da rede pública estadual do Rio de Janeiro deflagradas no período de março a agosto de 1979. Para tanto, recorreu-se a fontes bibliográficas oriundas de pesquisas dedicadas a análise do movimento de greve do contexto da década de 70. Conclui-se que a experiência das greves docentes constitui vigoroso repertório na luta contra as velhas e novas opressões em curso no Brasil contemporâneo.

PALAVRAS CHAVES: Ação política em Rosa Luxemburgo; Greves de massas; Greves docentes

ABSTRACT

The article proposes to bring the memorative event closer to the centenary of prison and murder of Rosa Luxembourg in 1919 with 40 years of the cycle of strike movements organized by teachers of the state public network of Rio de Janeiro in 2019. Supported by the contributions of Rosa Luxembourg *Strike of masses, party and trade unions*, the article suggests an analysis on the concrete situation of the teachers' strikes of the state public network of Rio de Janeiro triggered from March to August 1979. To this end, bibliographic sources from research dedicated to the analysis of the strike movement of the context of the 1970s were used. It is concluded that the experience of teacher strikes is a vigorous repertoire in the fight against the old and new oppressions underway in contemporary Brazil.

KEYWORDS: Political action in Rosa Luxemburg; Mass strikes; Teacher strikes

* Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora Associada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Faculdade de Formação de Professores. É professora da Graduação e do Programa de Pós-Graduação Mestrado e Dourados em Educação – Processos Formativos e Desigualdades Sociais. Atualmente coordena o Grupo de Pesquisa Vozes da Educação História e Memória das escolas de São Gonçalo/RJ. E-mail: msalvarenga@uol.com.br

INTRODUÇÃO

O ano de 2019 marca o centenário do cárcere e execução de Rosa Luxemburgo. A vida, a obra de pensamento em ação no percurso teórico militante de Rosa no estado do Rio de Janeiro, a vida e o percurso teórico militante de Rosa nos inspira a pensar os 40 anos dos movimentos de greve deflagrados pelos professores da rede pública estadual do Rio de Janeiro no ano de 1979, ainda sob a vigência da ditadura civil-militar.

O que nos faz aproximar estes marcos separados em termos cronológicos, mas interligados, representa a oportunidade de retomar a vitalidade do pensamento de Rosa Luxemburgo eliminada da vida em 15 de janeiro de 1919 pelo governo do socialdemocrata Friedrich Ebert.

A Rosa Vermelha (EVANS, 2017), a mais engajada dirigente marxista da história, ex-militante do Partido Social Democrata da Alemanha (SPD), liderança pujante da Liga Espartaquista e fundadora do Partido Comunista da Alemanha, entrega um legado de vida conduzido pela unidade da teoria e da práxis na ação que, nos dias atuais, contribui para análises de movimentos de massas populares como centelhas de possíveis nos processos históricos de lutas contra opressões de toda ordem, contra a dominação e contra exploração capitalista.

Seja pelo aspecto rememorativo e pela sua importância histórica do centenário, seja pelo exercício de escrita de promovermos o diálogo sobre as greves docentes de 1979, o legado de Rosa permanece vibrante e necessário para o momento atual pelo qual atravessa a América Latina e o Brasil, em particular.

Rememorar Rosa representa atualizar a tradição marxista da teoria da práxis, principalmente quando, em 2018, o projeto societário neofacista alcançou vitória eleitoral. Este êxito eleitoral alimenta hordas tóxicas ultra conservadoras que têm como principal alvo as organizações de trabalhadoras/es e as suas pluralidades políticas e culturais produzidas no diálogo democrático como uma recente cultura política no seio da luta de classes. (JESI, 2018).

As políticas regressivas de direitos, o ataque e restrições ao ambiente democrático, ataques sistemáticos contra as universidades e as escolas públicas, bem como a intensificação da criminalização dos movimentos sociais aproximam, perigosamente, o governo Bolsonaro aos regimes ditatoriais de nova face. O quadro atual instalado faz do presente um problema a ser percebido e compreendido e nos alerta sobre a urgente necessidade de leitura do processo histórico, das experiências acumuladas de lutas da classe trabalhadora.

Embora no ano de 1979 tenham ocorrido greves do magistério em praticamente todo o território brasileiro, neste artigo, o objeto de análise o ciclo de greves da rede pública estadual que teve o Rio de Janeiro como espaço tempo daquele acontecimento.

Ancorado nas contribuições de Rosa Luxemburgo na escrita de *Greve de massas, partido e sindicatos*, o artigo sugere uma análise sobre a situação concreta das greves docentes da rede pública estadual do Rio de Janeiro deflagradas no período entre março a agosto de 1979. Para tanto, recorremos a fontes bibliográficas oriundas de pesquisas que se dedicaram a análise do movimento de greve que irá instituir, nos anos seguintes, na fundação do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro (SEPE-RJ).

O artigo está organizado em duas seções. Na primeira seção abordamos aspectos relacionados à formulação teórica crítica de Rosa exposta, principalmente, em seu texto *Greve de massas, Partido e Sindicatos*, escrito no ano de 1906, como resposta combatente aos sindicalistas burocratas, aos membros enfileirados ao centro a à direita do partido socialdemocrata, preocupados com o avanço da auto-organização das massas, bem como críticas dirigidas aos militantes da quadra esquerdista.

Na segunda seção, rememoramos os 40 anos da primeira greve de docentes da rede pública estadual organizada, ainda na vigência do regime militar, que encorajou outras greves, em anos subseqüentes, nas lutas por melhorias salariais, por melhores condições de trabalho, pela democracia. O centenário de prisão e assassinato de Rosa Luxemburgo inspira o objetivo de (re)leituras sobre este movimento 40 anos depois e no diálogo com pesquisas que tiveram como objeto a greve de 1979. Consideramos que as reflexões sobre demandam ser compreendidas como processo histórico, cujos avanços e retrocessos podem oferecer reflexões sobre os dias atuais em defesa da democracia e dos valores civilizatórios que emanam das lutas dos trabalhadores e trabalhadoras contra o Capital.

ROSA LUXEMBURGO, GREVE DE MASSAS E A TEORIA DA AÇÃO REVOLUCIONÁRIA

Na perspectiva da teoria e da práxis da ação na tradição da análise marxista sobre movimentos de massas, as formulações de Lenin, Gramsci e Rosa Luxemburgo compreendem privilegiadas fontes de renovação do materialismo histórico dialético para o

entendimento do conteúdo político expresso na ação dos movimentos de massas gerados em cada tempo histórico e submetidos às suas respectivas análises. É na interlocução com a perspectiva de Rosa que dedicamos a interlocução.

Sobre a concepção de “massas”, cabe aqui trazer a contribuição de Loureiro (1993) ao esclarecer que é no célebre artigo polêmico contra Lenin, *Questões de organização da social-democracia russa*, que a noção de massa, ligada à de autonomia, começa a ter papel central no seu pensamento político de Rosa Luxemburgo quando a se opor a ideia de Lenin de que um partido fortemente centralizado e disciplinado teria capacidade de introduzir de fora a consciência para as massas desorganizadas.

Rosa (1991) mostra como a experiência histórica revela precisamente o inverso, a ação espontânea da classe operária russa, desde o final do século XIX, impondo mudanças táticas do partido não é inventada, mas é resultado de uma série ininterrupta de grandes atos criadores da luta de classes experimental, frequentemente elementar, conforme citado por Loureiro (1993, p. 92).

No texto *Greve de Massas, Partido e Sindicatos*, Rosa polemiza em e explicita divergências em relação aos componentes táticos, estratégicos e teóricos contra o anarquismo, fundamentalmente, contra o sindicalismo revolucionário francês localizado na Confederação Geral do Trabalho, primeira central geral sindical francesa.

Rosa partirá do dilema enfrentado por Engels acerca da greve geral para propor o balanço do movimento grevista russo e, assim, buscar superar, a um só turno, a teoria da greve geral anarquista, retomar a sua própria teoria da greve de massas e combater a inércia dos sindicalistas burocratas alemães e de toda a direita do SPD (Partido Social Democrata).

A partir dos fatos examinados sobre as greves na Rússia, Rosa retoma alguns aspectos de sua análise e elabora uma crítica aguda ao burocratismo sindical, a fim de mostrar que, longe de ser estática e evento isolado, a greve de massas é multifacetada e dinâmica, pois “reflete em si todas as fases da luta política e econômica, todos os estágios e todos os momentos da revolução”. (LUXEMBURGO, 1974: 52).

No estudo sobre a obra de Rosa Luxemburgo, Guerin (1964) se dedica a interpretar vários aspectos do pensamento de Rosa exarados em seus escritos sendo, a espontaneidade das lutas um dos pontos mais sensíveis sobre movimentos de massas ao se tornar defensora radical das iniciativas das massas populares contra

o imobilismo burocrático das organizações partidária e sindical da Alemanha da época. Sobre a questão da espontaneidade, Guerin apreende em Rosa o modo de atuação das massas engendradas pelas suas próprias condições materiais e das reiteradas pressões que sofrem do modo de produção capitalista e do poder do Estado.

Para a filósofa da Teoria em Ação, a espontaneidade possui um caráter mutável, instigando as massas a levantar barricadas, fazer levantes e conduzir à greve. Compreendida como a principal forma de espontaneidade do proletariado, a greve reúne tanto o atributo da reivindicação econômica, quanto um momento de luta política.

Sobre a crítica de que Rosa Luxemburgo seria adepta do espontaneísmo por defender a espontaneidade como dispositivo para ação, Löwy (2019)¹ dá razão à compreensão de Rosa:

Na brochura sobre "Greve de massas, partido e sindicatos" (1906) [...], ela insiste que o papel da "vanguarda consciente" não é esperar "com fatalismo" que o movimento popular espontâneo "caia do céu". Ao contrário, seu papel é precisamente "preceder [vorausgehen] a evolução das coisas e tentar acelerá-la". Ela reconhece que o partido socialista deve tomar "a direção política" da greve de massas, o que consiste em "dar à batalha a sua palavra de ordem, a sua tendência, assim como a tática da luta política"; chega a afirmar que a organização socialista é "a vanguarda [Vorhut] dirigente de todo o povo trabalhador" e que "a clareza política, a força, a unidade do movimento resultam precisamente dessa organização.

Rosa entende que a classe trabalhadora toma consciência de suas condições de existência em lutas espontâneas, confrontando com as ideias dominantes da burguesia. No processo de greve de massas teria capacidade de gerar consciência não apenas a partir de demandas economicistas, na reivindicação de melhores salários, mas, também, seria capaz de gerar consciência revolucionária, uma vanguarda orgânica e formas organizacionais de autocontrole da produção. Estes três elementos, criados no longo "amadurecimento" que germinou no combate dos operários, por meio das greves locais e gerais tem como característica "ultrapassar" as organizações constituídas: partidos e sindicatos. (GUERIN, 1964).

No balanço dos eventos russos que encaminham a revolução

¹ Artigo publicado originalmente na revista semestral da Boitempo, a Margem Esquerda, n. 15 sob o título, "A centelha se acende na ação: a filosofia da práxis no pensamento de Rosa Luxemburgo". Também disponível em <https://blogdaboitempo.com.br/2015/03/05/michael-lowy-o-pensamento-de-rosa-luxemburgo-2/>

de 1917, Rosa enfatiza que o papel do partido não é de se dedicar às questões técnicas, mas, de realizar o trabalho de oferecer direção política ao movimento de massas. Sua tarefa é de aproximar as condições de vida do operariado russo com o alemão. O esforço de Rosa é questionar a formulação de Engels sobre o partido como vanguarda das lutas, e que tanto os sindicalistas alemães, quanto a social democracia estavam restritos a ela. Não imaginavam que a organização do proletariado não é abstração, mas, sim, que é fruto e se fortalece nos processos de luta.

O papel da vanguarda do proletariado, leia-se, da socialdemocracia, seria o de dar unidade de classe às ações isoladas e aos processos distantes no tempo, aumentando o números de trabalhadores em luta, por um lado, e por outro, utilizando os fatos afim de educar o operariado militante, inculcando-lhes a solidariedade de classe, por Rosa chamada de instinto de classe. Estando em uma revolução, compete a socialdemocracia, a vanguarda, “a parte mais esclarecida do proletariado” (LUXEMBURGO, 1974: 81), dar a direção correta, no sentido de efetivo ofensividade contra o Capital.

Exatamente por isso é que o sindicato deve subordinar-se ao partido, como a parte está subordinada ao todo; o partido “reúne em si os dois aspectos da luta de classes (o parlamentar e o sindical) que visam a destruição da ordem social burguesa” (LUXEMBURGO, 1974, p. 95). A despeito das críticas ao partido socialdemocrata e aos burocratas sindicais alemães, ao examinar a sociedade alemã e aos movimentos operários, Rosa acredita que é na unidade entre partido e sindicatos que se radica a vitória da classe operária.

AS GREVES DOCENTES DE 1979 NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: UM OLHAR 40 ANOS DEPOIS

O ciclo de greves nos anos de 1978 e 1979 constituem fecundo processo de acúmulo de experiências históricas das lutas sociais dos trabalhadores brasileiros cuja chave analítica encontra-se nas contradições geradas pelo declínio da ditadura civil-militar (1964-1985) tanto pelo sua ação política repressiva em relação aos movimentos organizados quanto pelo esgotamento do modelo econômico altamente concentrador de renda, inflação exorbitante, crise da dívida externa e crise econômica de acumulação nos países centrais do capitalismo.

Em relação à combinação entre os fatores de caráter repressivo e o modelo econômico do “milagre brasileiro” encetados

pela ditadura civil-militar, Mattos (2003) registra que durante os vinte e um anos do regime ditatorial,

A articulação de militares com empresários ligados ao grande capital nacional e estrangeiro, apoiada por latifundiários e políticos conservadores, se deu, entre outros objetivos em torno da proposta de conter os avanços dos movimentos organizados dos trabalhadores do campo e da cidade. Por outro lado, a crise econômica que só fazia crescer desde o fim do governo JK seria combatida pela ditadura com uma receita cujo principal remédio era o arrocho salarial. Para tanto, controlar os sindicatos era fundamental. (MATTOS, 2003: 49).

Pode-se dizer que nesta conjuntura as greves no curso dos últimos anos de 1970 ganham vitalidade no curso da erosão da articulação acima descrita criando condições novas para o renascimento do movimento grevista de massas que se debelam contra o sindicalismo tutelado pelo Estado, inaugurando, no campo dos estudos da ciência política e no campo historiográfico o denominado *Novo Sindicalismo* em oposição ao chamado velho sindicalismo que, nas tintas de Mattos significava se “opor às atitudes dos dirigentes sindicais considerados mais combativos quanto às atitudes de seus contemporâneos ditos pelegos. Mas é opor, também, novas práticas às consideradas tradicionais do sindicalismo brasileiro de antes do golpe militar (MATTOS, 2003: 55).

Também se mostra relevante retomar às observações de Almeida (1983) ao analisar que, nos limites de um olhar comparativo, as greves de 1979 merecem um cuidado à parte. Como observou em relação aos movimentos grevistas de 1978, as greves se concentravam principalmente no estado de São Paulo, centralizadas pelos sindicatos de base industrial e em torno de uma pauta objetiva dirigida à recomposição salarial. Por sua vez, continua a autora, as greves de 1979 foram processadas em quase todo território brasileiro.

A princípio de caráter difuso em torno dos direitos de trabalhadores e notadamente vinculados aos setores de serviços urbanos, tais como condutores e cobradores de ônibus, bancários, professores, trabalhadores de empresas públicas, entre tantos, trazendo para a pauta salarial as bandeiras pelas liberdades democráticas, direito à moradia, direito à saúde, direito à educação, no duro contexto da ditadura civil militar brasileira.

Nesta breve contextualização dos movimentos de greves no biênio 1978/1979, a greve de 1979 eclode em um período relativamente longo germinada pelo processo de reorganização associativa sindical

dos/as professores/as da rede estadual do Rio de Janeiro.

Sobreira (2001) ressalta que as análises sobre a mobilização efusiva de março de 1979 apresentam vários aspectos de convergências. O primeiro deles é o Plano de Cargos do Governo Faria Lima, apresentado no final e apagar das luzes do governo, provocando descontentamento geral. O segundo aspecto diz respeito à situação salarial do magistério, um dos mais baixos em relação a outros estados da federação ao longo de muitos anos. O terceiro e mais instigante aspecto chamou atenção do autor, pois envolve um paradoxo à tese de que uma entidade sindical se afirma mais pela luta que propõe e conduz do que pela sua organização no interior da categoria. Sobreira pontua esta observação em entrevistas colhidas com uma das lideranças do movimento à época, quando esta afirma que

A SEP² não tinha um trabalho de massa do tamanho da greve, [...] o grupo já conseguia entender alguma coisa da rede pública. No início, a gente não entendia sequer quais eram as reivindicações [...] a SEP foi um movimento bastante de fora para dentro. Sua direção era de origem política, realmente. (SOBREIRA, 2001: 137).

O desconhecimento, por parte da diretoria da SEP, sobre à situação funcional da categoria não se colocou como obstáculo para as lideranças do sindicato, já que seu trabalho organizativo se concentrou em um aspecto imediato, ou seja, a perda do poder aquisitivo do salário dos professores.

Este aspecto considerado paradoxal por Sobreira pode ser interpretado de outro modo na perspectiva de Rosa Luxemburgo. Para ela, “a luta econômica é o que há de um entroncamento político a outro, sendo a luta política a fecundação periódica da terra pela luta econômica”. (LUXEMBURGO, 1974: 31). A luta econômica não deixa de ser um elo da luta política, como pontuamos anteriormente.

Ressalta-se que no estado, em janeiro de 1979 ocorrera a greve dos motoristas e cobradores de ônibus e a greve dos garis da Companhia de Limpeza Urbana, que passaram a ganhar salários maiores do que os professores. Além disto, a greve do setor industrial no ABC³ do estado de São Paulo, configuraram um estado

² Trata-se da Sociedade Estadual dos Professores fundada em 1977 junto a duas outras entidades representativas docentes: a União dos Professores do Rio de Janeiro (UPRJ) e a Associação dos Professores do Estado do Rio de Janeiro (APERJ).

³ Refere-se às cidades de Santo André, São Bernardo e Campinas, berço das grandes greves de metalúrgicos no qual emerge Luis Inácio Lula da Silva como principal expoente político sindical.

de mobilização docente e podem explicar uma disposição crescente em adesão e repercussão nacional deflagrando greves docentes de março a agosto de 1979.

As condições objetivas de arrocho salarial e os movimentos de greves que fervilhavam nos principais centros urbanos do país expressam um sentido de que a greve de professores, das escolas municipais e estaduais estado do Rio de Janeiro, não foi um ato isolado, mas um acontecimento que integrou a quadra das greves de massas no período. Os jornais noticiavam a possibilidade de greve. Nas escolas, nas salas de aula, nas reuniões de professores, a greve era a pauta principal.

Nos municípios da Região Central do estado, os da Baixada Fluminense, os municípios do interior do estado organizavam estrutura de participação e sustentação da greve que se anunciava. Ao iniciar o ano letivo, em 11 de março de 1979, a categoria decide entrar em greve. Como reporta Sobreira (2001):

No processo de deflagração da greve, ocorrem assembleias consecutivas. Na primeira, o auditório do Sinpro – Sindicato dos Professores das escolas particulares – lota (150 lugares). A seguir, o auditório da Associação Brasileira de Imprensa (2 mil lugares) torna-se pequeno para receber os professores que para lá se dirigem, atraídos principalmente pela imprensa, e não pela Entidade. Nessa assembleia, Godofredo⁴ aponta, pela primeira vez, a possibilidade de greve e é ovacionado. A terceira assembleia é convocada para o dia 11 de março, no Sindicato dos Operários Navais, em Niterói. (SOBREIRA, 2001:138).

Desafiando a repressão imposta pela ditadura militar e a legislação vigente que proibia a greve no funcionalismo público, no quarto dia de greve, 15 de março, Chagas Freitas é empossado governador do estado e assume o compromisso de negociar as reivindicações da categoria. Em nova assembleia, a greve é encerrada em 24 de março, no aguardo dos resultados das negociações, no prazo de até dois meses.

No entanto, o compromisso não foi cumprido e na assembleia de 24 de junho do mesmo ano, com a consolidação da fusão entre SEP, UPRJ e APERJ, agora sob a denominação de Centro Estadual de Professores do Rio de Janeiro (CEP-RJ), com diretoria aprovada, a

⁴ Godofredo Pinto, professor de matemática, atualmente aposentado, foi fundador em 1977 da SEP e primeiro presidente eleito, em 1979, do Centro Estadual de Professores, atual SEPE/RJ. Inserção de nota da autora.

categoria anuncia nova greve desta vez para o mês de agosto.

Para Miranda (2011), no entanto, a fusão entre estas entidades e as greves não pagaram tradições e inauguraram outras. Para a autora, “as greves de 1979 evidenciam no CEP a relação entre o novo e o velho sindicalismo, ou seja, do conflito entre tradições e a tentativa de emergência sob novas formas”. (MIRANDA, 2011: 61). Tal análise corrobora com a apreensão de Sobreira (2001), ao afirmar que

Das tendências em atuação no movimento, a mais preocupada com as questões de construção de uma Entidade – e a mais insistente no processo de fusão – é a hegemônica pelo MR-8. As tendências mais à esquerda, hegemônicas pelo MEP e pela CS, fazem restrições à fusão, temem o apelegamento da entidade. A tendência majoritária entre as lideranças não se preocupa com a fusão, é favorável, só impondo uma condição: a de manter o nome. As entidades não aceitam essa condição (não seria fusão e sim incorporação). A conciliação surgiu a partir da mudança do nome para Centro Estadual de Professores (CEP), estabelecendo uma homofonia com SEP. Tal movimentação exigia ser votada em assembleia e registrada em ata e, mais tarde, em Cartório. (SOBREIRA, 2001: 133).

Após a fusão das entidades citadas acima, Masson (1988) destaca a introdução de estratégias de lutas do movimento grevista quando este passa a lançar mão, dentre tantas estratégias, de piquetes entre professores, a não assinatura de pontos. No primeiro dia de greve, o Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, decreta a ilegalidade da greve, em atendimento ao governador Chagas Freitas e apoiado no Decreto-Lei 1.632 de 04 de Agosto de 1978, art. 1 e parágrafos, decreta:

Art 1º – São de interesse da segurança nacional, dentre as atividades essenciais em que a greve é proibida pela Constituição, as relativas a serviços de água e esgoto, energia elétrica, petróleo, gás e outros combustíveis, bancos, transportes, comunicações, carga e descarga, hospitais, ambulatórios, maternidades, farmácias e drogarias, bem assim as de indústrias definidas por decreto do Presidente da República.

§ 1º Compreendem-se na definição deste artigo a produção, a distribuição e a comercialização.

§ 2º Consideram-se igualmente essenciais e de interesse da segurança nacional os serviços públicos federais, estaduais e municipais, de execução direta, indireta, delegada ou concedida, inclusive os do Distrito Federal.(BRASIL, 1978).

A DESPEITO DO REFERIDO DECRETO-LEI, AS GREVES DOCENTES EXPLODEM NO ANO DE 1979.

IMAGEM: As greves docentes de 1979



FONTE: Memória e Movimentos Sociais⁵.

A repressão ao movimento se intensificou, várias lideranças foram presas. Houve sistemático monitoramento das movimentações do CEP pela Polícia Política do Estado do Rio de Janeiro e pelo Departamento Geral de Investigações Especiais, da Secretaria da Segurança Pública (DGIE), culminando na prisão das principais lideranças da greve, entre estas, Godofredo Pinto, Hildézia de Medeiros e Luciano D'Angelo (PERETE; OLIVEIRA, 1989) que foram ameaçados de serem enquadrados na Lei de Segurança Nacional (LSN), e na cassação da entidade.

A greve prosseguiu apesar de todo ataque dos aparelhos repressivos do estado. Porém, a assembleia realizada ao fim do mês de agosto pôs término a greve, sem antes firmar negociação com o governo do estado que se comprometeu em pagar, ainda no ano de 1979, o aumento acordado em março, o que veio a se concretizar. (PERETE; OLIVEIRA, 1989).

Ao final deste ciclo de greves e de terem surgido divergências no interior da entidade manifestadas pelas filiações teórico-políticas de seus dirigentes, principalmente pela proposição de táticas e estratégias na condução das greves e em torno do calendário do governo para o pagamento dos novos pisos salariais, Miranda (2011: 61) analisa que

⁵ Acervo da memória fotográfica da greve de 1979 encontra-se disponível em <http://www.memoriaemovimentossociais.com.br/pt-br/node/1>. Fotografia de Cláudia Ferreira.

“o movimento conseguiu fazer da greve de 1979 uma experiência indelével na história do sindicato ao conquistar um piso de cinco salários mínimos, marco que seria transformado em principal reivindicação salarial da categoria nos momentos posteriores”.

Muito embora o engajamento docente no CEP tenha demonstrado inegável vigor nas reivindicações salariais, não podemos considerar que este engajamento tenha se reduzido à pauta econômico corporativa, como a princípio possa parecer. De todo modo, o engajamento do magistério nas greves de 1979 mostrou força social, por meio das suas lutas sindicais.

Esta experiência gravada na memória dos movimentos sociais e, em particular, dos movimentos docentes registra uma experiência da qual os 40 anos não nos distancia de um tempo de luta e resistência de trabalhadores e trabalhadoras em seus movimentos. Nesse sentido, retomamos a teoria em ação de Rosa Luxemburgo de que a greve de massas consolida estratégia importante na luta, não somente por direitos econômicos, mas, também, como fenômeno no campo político plasmados como processo histórico.

CONCLUSÕES PROVISÓRIAS

Da extensa produção teórica de Rosa Luxemburgo destacamos, em interlocução com outros autores, o tema das greves de massas que fazem parte de seu vigoroso e inspirador legado que possibilitou (re)ler as greves docentes de 1979 no estado do Rio de Janeiro.

A polêmica de Rosa luta contra o revisionismo e a defesa da democracia constitui acervo de energia de pensamento e ação em meio aos ataques pretéritos e do presente desferidos contra a classe trabalhadora em seu conjunto e os professores, em particular.

Para tanto recorre ao caldo dos movimentos da Rússia revolucionária como expressão de processo histórico moldado por um continuum de movimentos interrelacionados e não como atos isolados. O esboço histórico dos movimentos de trabalhadores traçado por Rosa expõe a politização da experiência das greves de massas e assinala que nesta experiência palpita condições de ruptura e transformação social.

As interpretações sobre a gênese dos movimentos de greves docentes se multiplicam, apresentando, em muitas delas, similaridades em seu caráter reivindicatório em um contexto de forte repressão policial e, em outras, análises particulares mais

inovadoras que trouxeram à luz outras propriedades inerentes ao movimento docente e constituem manifestações resultantes de um complexo conjuntural povoado de contradições.

Os desdobramentos do ciclo de greves docentes no estado do Rio de Janeiro continuam abertos a novas interpelações e análises, considerada o seu aspecto histórico processual. Ao finalizar este artigo, lembramos alguns eventos articulados ao ciclo de greves docentes. Entre estes, a IV Conferência Brasileira de Educação, em 1986, no contexto de redemocratização do país, e tendo como estratégia influenciar o debate sobre a educação no processo da assembleia constituinte. O Fórum Nacional Em Defesa da Escola Pública (FNDEP), que vem a influenciar também a nova constituição e o debate em torno da elaboração de uma nova Lei de Diretrizes e Bases.

Mais recentemente, as lutas sindicais docentes contra os fechamentos de escolas, em defesa da laicidade na educação pública e contra o movimento Escola Sem Partido, a “esfinge” (FRIGOTTO, 2016) armada em forma de projetos de leis que vem sendo edificada pelas frações de classes reacionárias ferozes em golpear a liberdade de consciência, os direitos individuais e coletivos, tem instigado um desdobramento da ação do movimento sindical no momento atual.

Neste momento, retomar Rosa Luxemburgo significa perscrutar um chamamento político e ideológico, no sentido de ultrapassar as ações meramente contestatórias e isoladas. Para tanto, o estopim da espontaneidade de que nos fala Rosa não se deriva do corporativismo e particularismo de uma categoria profissional, mas de construir, de uma forma mais ampla, as bases para a produção da vida democrática embalada por um projeto societário contra a exploração do Capital e contra os massacres dos movimentos sociais em todas as suas diversidades.

O legado de vida e práxis política de Rosa Luxemburgo ainda é uma “centelha libertária” contra o fascismo contemporâneo e golpes contra a democracia no Brasil e no mundo. Que possamos, agora e adiante, honrar Rosa e sua luta pelo socialismo revolucionário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares. O sindicalismo brasileiro entre a contestação e a mudança. In. SORJ, B e ALMEIDA, M. H. T. (eds). Sociedade e Política no Brasil pós – 1964. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

BRASIL. Decreto-Lei 1.632 de 04 de Agosto de 1978. Dispõe sobre a proibição de greve nos serviços públicos e em atividades essenciais de interesse da segurança nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7783.htm#art18. Acessado em 11 de novembro de 2019.

EVANS, Kate. Rosa Vermelha: uma biografia em quadrinhos de Rosa Luxemburgo. Tradução Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Escola sem Partido*: imposição da mordaza a educadores. E Mosaicos – Revista Multidisciplinar de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (Cap – Uerj), Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, junho de 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/e-mosaicos/article/view/24722/17673>. Acesso: 15 de novembro de 2018.

GUERIN, Daniel. *Rosa Luxemburg et la spontanéité révolutionnaire*. Paris, Maspero, 1964.

JESI, Furio. *Spartakus – simbologia da revolta*. Tradução Vinícius Nicastro Honesko. São Paulo: N-1 edições, 2018.

LÖWY, Michel. A centelha se acende na ação: a filosofia da práxis no pensamento de Rosa Luxemburgo”. Disponível em <https://blogdaboitempo.com.br/2015/03/05/michael-lowy-o-pensamento-de-rosa-luxemburgo-2>. Acesso: 20 de novembro de 2019.

LUXEMBURG, Rosa. Questões de organização da social-democracia russa. In: *A Revolução Russa*. Petrópolis: Vozes, 1991.

LUXEMBURGO, Ros. *Greve de massas, partido e sindicato*. Coimbra: Centelha, 1974.

LOUREIRO, Isabel. Rosa Luxemburgo: Marxismo e História. In: *Trans/Form/Ação*: São Paulo, 16: 83-98, 1993.

MASSON, Máximo Augusto. *Magistério e sindicalismo*: a trajetória do Centro Estadual de Professores do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 1988.

MATTOS, Marcelo Badaró. (Coord.). *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro/FAPERJ, 2003.

MIRANDA, Kenia. *As lutas dos trabalhadores da educação*: do novo sindicalismo à ruptura com a CUT. Rio de Janeiro: UFF, 2011.

SOBREIRA, Henrique Garcia. Alguns aspectos da reorganização do movimento dos professores públicos do estado do Rio de Janeiro (1977-1980). In: *Educação & Sociedade*, ano XXII, no 77, Dezembro/2001.

Recebido em 19/11/2019
Avaliado em 21/12/2019